

35º Encontro Anual da Anpocs

GT38 - Violência, criminalidade e punição no Brasil

“Escola, Polícia e Criminalização”.

Pedro Rodolpho Bodê de Moraes

Joyce Kelly Pescarolo

Samara Feitosa

Escola, Polícia e Criminalização.

Pedro Rodolpho Bodê de Moraes¹

Joyce Kelly Pescarolo²

Samara Feitosa³

“...eu queria que seu jornal mandasse uma pessoa ver o tal reformatório para ver como são tratados os filhos dos pobres que têm a desgraça de cair nas mãos daqueles guardas sem alma. Meu filho Alonso teve lá seis meses e se eu não arranjasse tirar ele daquele inferno em vida, não sei se o desgraçado viveria mais seis meses. O menos que acontece pros filhos da gente é apanhar duas a três vezes por dia.” “Capitães de Areia” de Jorge Amado – 1937.

Introdução

O presente artigo surgiu em função das pesquisas realizadas nas áreas de Educação, Sociologia e Psicologia, através do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH) da UFPR. Temos desenvolvido grupos de estudos, pesquisas e atividades de extensão sobre violência escolar e cultura de paz em diversas escolas públicas de Curitiba - PR e Região Metropolitana a partir de 2001, em todos os níveis educacionais, desde a educação infantil até ensino médio e tal trabalho tem permitido o acompanhamento das políticas públicas na área de educação no Estado do Paraná. Desta forma se tem acompanhado a crescente demanda da escola por ações com foco na repressão e não na prevenção ou na resolução de conflitos de forma pacífica - que teria o objetivo de ensinar às crianças e adolescentes quais seriam comportamentos esperados e adequados para o convívio social.

Dentre essas políticas cada vez mais repressivas para a área de Educação cria-se em 2003, o Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária, uma divisão no interior da Polícia Militar do Estado do Paraná inicialmente pensada como uma *consultoria de segurança*, mas que, na prática, significava e ainda significa a proposição de um projeto policial para lidar

¹ Sociólogo, Mestre em Antropologia pelo Museu Nacional (RJ), Doutor em Sociologia pelo IUPERJ, Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da UFPR, coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da UFPR.

² Psicóloga, Mestre em Sociologia pela UFPR e Doutoranda em Sociologia pela UFPR e pesquisadora do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da UFPR.

³ Socióloga e Historiadora, Mestre em Meio Ambiente, Doutoranda em Sociologia pela UFPR e pesquisadora do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da UFPR.

com conflitos em geral. Alegava-se no início - e hoje isso se mantém - que os policiais da Patrulha Escolar eram diferenciados e que seriam capacitados para lidar com as questões típicas do ambiente escolar, como a indisciplina. Embora tenha havido investimentos na capacitação desses policiais, a realidade mostrou que a socialização vivenciada dentro da Polícia Militar se reproduz nas escolas e no trato com os alunos, ou seja, são policiais que possuem uma série de preconceitos sobre a juventude pobre e que não apresentam capacidades relativas à resolução e mediação de conflitos, tão típicos do ambiente escolar. Tais policiais vêem os conflitos como anomalias do ambiente social escolar e tendem a reprimi-los de forma autoritária.

Obviamente toda a ação da Patrulha Escolar encontra nos educadores⁴ um amplo apoio e constante demanda. Esses mesmos preconceitos demonstrados pela polícia estão presentes na escola entre os uma parcela significativa dos educadores. A escola também tem tido muita dificuldade em compreender seu papel na atualidade e em abrir mão de modelos educacionais mais autoritários e repressivos, que deixaram sua marca de forma intensa ao longo de décadas. Diante da visível falência de tal modelo e desconhecimento de medidas mais eficazes, o que se vê é um aumento de vigilância e controle, sem que seja, de fato, realizado um trabalho no sentido de compreender de fato quais seriam os problemas do ambiente escolar, suas causas e soluções que pudessem ter um bom resultado para toda a comunidade escolar, inclusive para os alunos. Cabe perguntar o que aconteceu com a escola, o que mudou nas últimas décadas, o que mudou na relação professor aluno e por que a juventude tem sido representada como perigosa e violenta, assim poder-se-ia entender por que da popularidade e aceitação da Patrulha Escolar.

Desafios da escola contemporânea.

Até os anos 60, principalmente na Europa e mais especificamente na França, a Educação era permeada por ideais republicanos que pensava a escola como um local de nivelamento das desigualdades sociais e de geração de oportunidades para os indivíduos oriundos das camadas populares e do operariado. Para Durkheim, cujas idéias influenciaram as propostas educacionais desenvolvidas no contexto europeu que se está discutindo, as condições do ambiente escolar deveriam estabelecer para todos os seus

⁴ Define-se aqui como educadores todos os profissionais que atuam na escola: professores direção, equipe pedagógica e funcionários.

freqüentadores uma mesma base e proporcionaria as mesmas possibilidades objetivas de atingir as metas institucionais e sociais que a escola se propunha. Ou seja, independente de sua origem social, o aluno estaria submetido aos mesmos critérios e incentivos que outros alunos mais favorecidos economicamente. Dessa forma, a escola, ao garantir essa igualdade e objetividade nos seus métodos e currículos, a posição alcançada pelos alunos seria atribuída aos seus méritos pessoais, já que o ponto de partida era igual para todos. (Barrère e Sembel, 2006).

Para Durkheim, a escola teria uma importante função de socializar os indivíduos na sociedade mais ampla, para além do núcleo familiar. A força coercitiva da cultura, da moral, e os processos de coesão social seriam potencializados através da instituição escolar. (Barrère e Sembel, 2006)

Ainda de acordo com estes autores Barrère e Sembel (2006), a partir dos anos 60, tendo a escola pretensões cada vez maiores de universalidade, buscando ampliar cada vez mais seu público, alguns efeitos, até então ocultos, começam a surgir com bastante intensidade. Essa escola universal para todos, passa a “derramar” no mercado de trabalho um contingente de indivíduos que não consegue mais ser absorvido por este mercado. Num dado momento, a partir da segunda metade do século XX na França, por exemplo, passa a existir mais mão de obra qualificada do que emprego para todas essas pessoas. Em função disso, o mercado de trabalho passa a fazer uma seleção dos candidatos considerando o maior nível de escolaridade e os diplomas obtidos nas melhores instituições. O recrutamento para as melhores vagas recairia sistematicamente sobre os filhos das elites, pois a trajetória escolar desses jovens seria bastante distinta de outros jovens pobres. Tal quadro foi intensamente apontado por Bourdieu e Passeron (2009) na sua obra “A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino”, publicada na década de 70 na França,

Assim, a escola se depara com inúmeros questionamentos sobre sua função e pertinência. Por um lado, o aumento de modelos democráticos pressiona para que haja a universalização do ensino (medida mais do que justa se pretendemos uma real democracia), mas por outro lado, essa aparente universalização traz uma série de problemas para o ambiente escolar, pois seus efeitos parecem ser bastante perversos. Essas questões que estão presentes na Europa desde a década de 60, estão também presentes no Brasil mais atualmente e vem se agravando a partir dos anos 80. (Gonçalves, 2008)

Uma das questões apontadas por Bourdieu e Passeron (2009) que se evidencia com a universalização da escola é que enquanto instituição, seus códigos estariam perfeitamente adequados aos alunos da elite para os quais, inicialmente, a escola servia e que tiveram seu *habitus* moldado por um tipo de cultura, valores, educação. A passagem do mundo da casa para o universo escolar seria para esses alunos uma continuidade e não uma ruptura. A escola não seria para esses indivíduos é então, para este grupo, um local de estranhamento e readaptação, mas um local de espaço familiar, assim como suas regras, códigos de conduta e currículos. Os próprios professores, sendo oriundos do mesmo universo simbólico, sentiriam esses alunos como bons, bem educados, adaptados e capazes, pois partilhariam de uma mesma “linguagem”.

Exatamente o contrário se daria com aqueles alunos vindos das classes populares. Para esses, a adaptação ao universo escolar seria muito mais complicada, pois a escola viria a ser a ruptura com vários de seus valores sociais e culturais. O estranhamento e desencaixe diante do mundo escolar e a falta de identificação entre tais alunos e seus professores, proporcionaria, muito freqüentemente, dificuldades nas relações, conflitos que não são bem administrados. Embora seja evidente que Bourdieu não está, em suas análises, falando do contexto nacional relativo a educação, é possível utilizá-la para refletir sobre este contexto.

Sobre outro aspecto, um ponto que não pode ser esquecido é a crescente precarização da educação. As privações e falta de apoio impostas pelo sistema educacional e órgãos gestores têm grande impacto no cotidiano das escolas e dos profissionais da educação. Nesse rol de privações encontram-se estrutura física inadequada da escola, falta de recursos humanos e tecnológicos (equipamentos, laboratórios, materiais didáticos), falta de apoio ao professor, políticas educacionais que impedem a reprovação dos alunos para garantir índices de aprovação, a perda da autoridade, que para uma boa parcela dos docentes está relacionada à aprovação de leis protetivas, baixos salários, o que leva o professor a ter que aumentar sua jornada (alguns chegam a trabalhar 60 horas semanais). Essa situação tem levado muitos professores a se queixarem de cansaço, desgaste, sentimento de impotência e inadequação na atribuição de suas funções. Soma-se a este quadro, salas cheias, em média de 40 ou 45 alunos. Todo esse contexto vem colocando “na moda” algumas patologias que já têm sido anunciadas como típicas do ambiente escolar,

como a “síndrome de burnout”⁵. Diante de tal quadro, muitos professores queixam-se que não há tempo para estudar, rever suas condutas, “reciclar-se”, como dizem eles. Esse afastamento dos livros e dos ambientes acadêmicos parece vir agravando ainda mais o sentimento de inadequação. Queixam-se que não acompanham os alunos, não compreendem os recursos tecnológicos (os que existem) à disposição e que estão ficando para trás.

Certamente o sistema educacional é e deve ser considerado de forma bastante criteriosa porque ao estabelecer uma série de políticas públicas pode potencializar o fracasso ou favorecer o pleno desenvolvimento dos alunos e profissionais da educação. Há uma série de projetos e reformas recentes que segundo Angelucci et al (2004) são meros barateamentos da educação pública no bojo do neoliberalismo e da globalização. E há uma série de pesquisas que investigam as conseqüências lesivas dessas políticas sobre as condições de trabalho dos educadores. Com isso, fica cada vez mais comum ver alunos que passaram por “classes de aceleração”, professores imersos na política de inclusão, alunos em séries avançadas da escola básica, sem terem sido de fato alfabetizados, o que na verdade resultaria numa grande perda da autoridade institucional e na crescente incapacidade subjetiva dos docentes em resolver as crises tão típicas do ambiente escolar.

Todas essas questões resultam num deslocamento das reais causas dos problemas enfrentados na educação. A precarização da educação está relacionada com a baixa qualificação dos profissionais e com a grande dificuldade da escola em refletir sobre suas práticas. Embora sejam cada vez mais exigidos certificados de qualificação, os cursos de formação de profissionais da educação não tem conseguido equacionar os conteúdos tradicionais com as necessidades contemporâneas que a educação oferece. Existe uma clara defasagem entre aquilo que se aprende nas faculdades e os desafios que os profissionais vão enfrentar no dia-a-dia das escolas. Mesmo congressos para professores têm, muitas vezes, somente foco em questões de conteúdo e metodologia e acabam por não propiciar reflexões mais subjetivas sobre as razões dessa imensa crise que a educação está vivenciando.

No estado do Paraná, os cursos de pós-graduação ainda que nas grandes instituições de ensino superior, se não forem realizados na faculdade de Educação não são

⁵ *Burnout* é uma síndrome caracterizada pelo esgotamento físico, psíquico e emocional, em decorrência do trabalho estressante e excessivo. É um quadro clínico resultante da má adaptação do homem ao seu trabalho. (França, 1987)

aceitos pelo Estado na progressão de nível dos professores. O professor que pretende usar o investimento num curso para ascensão salarial deve cursar o PDE⁶, que embora não corresponda nem ao Mestrado nem ao Doutorado determina a mudança de nível salarial do professor. O problema desse tipo de política é que o professor fica restrito às ideologias estatais e tem muito poucas chances de elaborar críticas consistentes aos problemas que o Estado coloca para a educação. Tal cerceamento do desenvolvimento educacional do professor leva a uma série de reproduções das mazelas do sistema educacional.

Diante da ausência de reflexões mais aprofundadas, cresce o movimento da escola de culpabilização dos alunos e suas famílias pelas mazelas da escola na atualidade. Quando perguntamos aos educadores quais os principais problemas de suas escolas, aparece inevitavelmente a violência dos alunos com seus pares e com os educadores. Ao perguntarmos quais seriam as causas dessa violência eles respondem sempre citando causas externas à escola: os jovens de hoje em dia são muito diferentes dos de outra geração, são mal-educados, não reconhecem e nem respeitam mais a autoridade do professor, são violentos, indisciplinados, não “querem nada com nada”, são debochados e desmotivados, não dão valor à educação. Atribuem esse quadro às “famílias desestruturadas”, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, à mídia, e a uma série de patologias comuns na escola atual, como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).

A idéia da família desestruturada é muito forte na educação. Os professores justificam o comportamento inadequado dos alunos em função da observação de que as famílias dos mesmos são distintas daquela por eles idealizada. Essa noção idealizada de família é pensada como real, como algo que existiu e que vem sistematicamente desmoronando na atualidade. A família idealizada pela escola, classificada como estruturada, é monogâmica, heterossexual, com papéis sexuais definidos, branca, religiosa, com filhos biológicos, economicamente privilegiada (esse fator é um dos mais relevantes na classificação das famílias) e permeada por afeto e carinho. Ou seja, existe claramente uma sobreposição entre o que de fato são as famílias e o que elas deveriam ser na concepção dos educadores, a família é pensada como um *tipo ideal* (Weber ([1922] 1978)). Aí temos uma enorme complicação, pois justificar a violência escolar com base em algo que não

⁶ Significa Programa de Desenvolvimento Educacional, que é composto por cursos de formação continuada concebidos pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná em 2007.

existe em sua forma pura retira da escola qualquer possibilidade de pensar sua parcela de responsabilidade nos resultados que obtém.

É importante apontar que de fato, muitas famílias tiveram e ainda têm várias dessas características, são heterossexuais, com papéis definidos e filhos biológicos, etc, embora seja também importante lembrar que tal família nunca foi a única forma de organização familiar, quiçá a mais numerosa, mas foi representada no imaginário social como sendo a única legítima (Santos e Oliveira, 2005 e Ariès, 1981).

No entanto, mesmo para as famílias em que essas características estão presentes em grande número, não haveria como garantir o sentimento harmônico e de segurança afetiva que os educadores associam ao “lar”. Na percepção dos professores tais características seriam indicativas de uma configuração familiar protegida, livre das mazelas do “mundo da rua” que é repleto de perigos, tentações, subversões, etc.

A “rua” na atualidade é representada como algo muito perigoso. Mesmo muitos professores morando no mesmo bairro em que lecionam e por vezes sendo vizinhos de seus alunos, sentem que a “rua” é algo perigoso. Quando sabem que um ou outro aluno fica boa parte do dia brincando na rua, interpretam tal ato como uma forma de negligência familiar. Se a família em questão é composta de uma mãe solteira, ou se um dos membros é usuário de drogas ou dependente de álcool, o valor atribuído aos comportamentos considerados inadequados aumenta consideravelmente. Ou seja, a família que foge à classificação de estruturada tem o potencial de “dobrar”⁷ o valor do erro. O mecanismo de constante legitimação dessas famílias que mais amiúde são encontradas nas camadas sociais mais altas é perverso ao justificar e compreender certos comportamentos que nas famílias sentidas como desestruturadas merecem ser punidos e recriminados⁸.

Enquanto para a escola o valor atribuído as famílias pobres é baixíssimo, o contrário se dá em relação ao valor dado à escola pela família. Nas reuniões e palestras que realizamos com os pais, eles vêem a escola como uma oportunidade única na vida das crianças e se angustiam enormemente quando os filhos não conseguem corresponder às expectativas que a escola tem deles. Tal situação é também percebida por Cruz (1997) que realizou uma pesquisa, em meados dos anos 80, acerca da representação da escola sobre crianças das camadas populares.

⁷ Cf Foucault (2001).

⁸ O mesmo se dá, por exemplo, com o furto. Quando um furto ocorre nas classes economicamente favorecidas, o autor do furto é denominado cleptomaníaco, ou seja, é alguém doente, que precisa de ajuda psiquiátrica. Quando o furto se dá nas camadas mais pobres, o autor torna-se um ladrão e precisa de correção, de cadeia.

Além disso, ainda hoje reverbera muito intensamente nas escolas a idéia de que a mesma é um lugar para ensinar os conteúdos científicos, educar é com a família. Os educadores crêem na separação entre conteúdo, afetividade e valores, mesmo sendo essa uma discussão absolutamente superada pela Educação. Retomamos a questão: para que serviria a escola na atualidade? A crise de significado é evidente.

Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, os educadores alegam que é um instrumento que tirou por completo a autoridade do professor, pois “não podem mais fazer nada com aluno”, não podem expulsar da escola, colocar de castigo, ou como nos disse um professor de uma das escolas pesquisadas: “vejam bem, o ECA acabou com a autoridade docente. Hoje se um aluno cospe no professor, o professor não pode nem cuspir nele de volta!” (sic). Esse comentário deixa claro que existe uma clara dificuldade em compreender e assumir o papel de educador, de um educador que não pode mais utilizar métodos autoritários como no passado, mas que precisa construir uma autoridade que se assenta no exemplo, na assimetria, na firmeza, no autocontrole (Sennet, 2001). A primeira qualidade que instituições e *pessoas* precisam ter é aquilo que conhecemos como *autoridade* que teria o papel de orientar e organizar os indivíduos e os grupos. A formação dos jovens depende da capacidade da sociedade na qual ele vive de orientá-lo para o que é entendido como seus valores, sejam eles positivos ou negativos. Para tanto, são necessárias instituições e *figuras* apropriadas para este fim. (Moraes e Pescarolo, 2008).

Desta forma, para a escola, a patrulha escolar seria uma boa saída para sanar esse problema que para ela seria gerado pelo ECA. Assim, a escola pode se desincumbir da responsabilidade da punição dos alunos ao mesmo tempo em que pode mostrar a eles que existem leis⁹, pois se eles não obedecem aos professores, aos policiais terão que obedecer, em última instância, pelo monopólio da violência conferido ao Estado cujos policiais são representantes. Este ano em uma escola de Curitiba um aluno do período noturno foi

⁹ Embora quase sempre os educadores estejam com muito mais dificuldades de lidar com questões cotidianas relativas à indisciplina, mau comportamento, etc. do que efetivamente com o descumprimento das leis ou algum tipo de crime. As leis na escola raramente são de fato desobedecidas. A imensa maioria dos problemas que ocorrem na escola tem a ver com a falta de um tipo de educação sentida pela escola como boa. Por exemplo, quando um aluno oriundo de camadas populares pede à professora para ir ao banheiro e se expressa da seguinte forma: “professora, posso ir mijar?” isso é sentido pela professora como ofensivo e desrespeitoso e, muitas vezes, tomado como algo pessoal. Essas diferenças de comportamento são frequentemente classificadas como violência escolar. Outra questão muito comum é o uso do boné, considerado inadequado no ambiente escolar é sempre motivo de conflitos quando o aluno se recusa a retirá-lo na sala de aula. Mas ainda é necessário questionar como deveria ser tratado um crime quando acontece na escola, com crianças e adolescentes, por exemplo, um furto, seria caso de polícia?

retirado algemado de sala de aula porque entrou num embate verbal com o professor. Sob acusação de desacato ao funcionário público no exercício de sua função o aluno é algemado e encaminhado à delegacia por policiais militares que foram chamados à escola pelo diretor. Já ouvimos professores dizerem que seriam mais respeitados e ficariam mais tranquilos se pudessem dar aula armados ou se houvesse um policial em cada sala durante as aulas.

Como dito acima, também é comum a mídia aparecer como “deformadora” dos “bons” valores. Os educadores sentem que a mídia tem muito mais vigor na formação dos jovens que eles, professores que passam de 5 a 10 horas por dia com os alunos. Como bem atenta Sallas et al (1999), os professores acabam atribuindo, de forma estarrecedora, pouquíssimo valor ao seu papel na formação dos jovens.

As patologias típicas da infância também vigoram entre as causas citadas pelos educadores. Em algumas atividades realizadas por nós nas escolas, pudemos perceber que os professores e pedagogos não sabem diferenciar indisciplina de hiperatividade. A indisciplina precisa ser tratada no âmbito escolar, mas a hiperatividade seria um problema médico pelo qual a escola não pode se responsabilizar. Assim há uma crescente demanda das escolas dirigidas aos profissionais da saúde para que certos alunos sejam medicados. Obviamente essa conduta das escolas está relacionada com aquilo que parece ser o espírito da nossa época: uma intensa medicalização dos comportamentos.

Resumindo, os educadores sentem que a escola vai mal porque existe uma “crise de valores” na sociedade. Os alunos de hoje em dia são mal educados, debochados, desinteressados, suas famílias - que são sentidas como desestruturadas - não ensinam a eles o valor do professor e da escola. Lembra saudosistas da época em que o respeito ao professor era algo sagrado e sua autoridade inquestionável. Alegam que hoje em dia tudo é muito liberal e aí surgem as drogas, a falta de limites e de responsabilidade¹⁰.

Representações sociais sobre os jovens na atualidade

A ausência de limites, a inconstância, as drogas e a irresponsabilidade são retratos da nossa juventude pintados no imaginário social. De acordo com Moraes e Pescarolo

¹⁰ É importante citar que todo esse quadro não é sentido como algo típico de suas próprias famílias. Os professores sentem que seus filhos não compartilham dessa crise de valores e que suas famílias são sólidos redutos da “boa e velha educação”, mesmo que muitas vezes a configuração dela seja diferente da tradicional.

(2008). A *construção* do jovem e da juventude no mundo ocidental contemporâneo foi igualmente, e não poderia ser diferente, fortemente marcada pela dinâmica da industrialização e de especialização da mão-de-obra. Essa por sua vez, foi acompanhada por processos de disciplinarização e normatização que terão na escola um de seus principais pilares. A adequação ou não dos trabalhadores em geral, e dos jovens em particular, será fundamental na atribuição de sentido para esse período da vida caracterizado como *juventude*.

Por fim, destaquemos que tudo leva a crer, de maneira geral e, pelo menos no mundo ocidental contemporâneo, que há uma percepção de que “a juventude se caracteriza por seu marcado caráter de *limite*”, situada que está “no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da vida adulta” (Levi e Schmitt, 1996, p. 8). Tal processo remeteria à construção da identidade, cuja dinâmica constituiria, em muitos casos, uma marca distintiva: a provisoriedade. Parece ser esta a característica que remeteria à juventude, e mais particularmente à adolescência nas sociedades ocidentais modernas, para um espaço de “irresponsabilidade provisória”, uma vez que “estão numa espécie de *no man’s land* social” conforme a definição de Bourdieu (1983, p. 114).

Seria tal condição que transformaria os jovens em um tipo social que, dependendo de sua localização social, precisaria ser protegido (no caso dos jovens oriundos da elite) ou constituir-se-ia em uma ameaça (no caso dos jovens de periferia). Em função disso se adotam formas de controle social perverso da juventude, que funcionaria, ao mesmo tempo, como uma forma específica de socialização, visto perceber os jovens como *incompletos*, *instáveis* e, por isso mesmo, mais perigosos. São correntes as práticas e discursos que definem tal grupo pela *falta*, aprofundando a *estigmatização* ao considerar como critérios de julgamento atributos étnicos e raciais, de classe e/ou geográficos.

De acordo com Moraes (2005), são abundantes os casos em que jovens e adolescentes são tomados como “ameaça à sociedade” ou “vítimas dela”, porque, estando *em formação*, seriam mais facilmente influenciáveis, inclusive – e aqui haveria um grande perigo – pelo mundo do crime. Frequentemente o jovem é retratado, por várias áreas do conhecimento, como muito mais influenciável (como no caso da mídia ou das “más” companhias), inconstante, impetuoso, impulsivo e inconstante e tais características são atribuídas naturalmente à idade. Restringir o comportamento do adolescente a algo biológico justifica muitas vezes o não investimento ou aposta nos processos educativos. Dessa forma, particularmente para o jovem visto como representante do *perigo* e como

ameaça à sociedade, como é o caso dos jovens das escolas públicas, a polícia tem sido uma estratégia natural, consequência do grau de periculosidade que os educadores associam a eles.

Outra questão que tem sido amplamente associada aos jovens de periferia é o termo *gang*¹¹ para quando estes estão reunidos em grupo. De acordo com Moraes (2005), a invenção do termo *gang* parece constituir-se na justificativa moral para o aumento da repressão aos jovens, da redução da menoridade penal e do endurecimento das penas.

Em 2009, na cidade de Curitiba, foi inaugurado um grande *shopping center* em bairro de classe média, entretanto este bairro se avizinha há bairros mais periférico da cidade, alguns jovens, vindos de uma escola pública tentaram entrar no shopping e foram barrados pela segurança, a alegação é que um número tão grande de jovens certamente causaria problema, porque “*só poderiam ser baderneiros ou pretendiam fazer um “arrastão”*”. A questão é que eram jovens de periferia e como estavam vestidos de cor de rosa, foram denominados, na ocasião, de “*gang do rosa*”.

No âmbito da escola é patente como a indisciplina e quaisquer outros comportamentos infantis e juvenis têm assumido a característica de crime e seus autores pensados como de criminosos e perigosos. Para citar um caso ocorrido em Curitiba, também no ano de 2009: duas alunas de 7 anos, de uma escola pública, brigavam por causa de um doce. Para solucionar a situação a diretora da escola acionou a polícia. No mesmo ano, numa escola de educação infantil da Região Metropolitana na qual realizávamos alguns cursos para professores, uma professora bastante consternada não sabia mais o que fazer com seus alunos de 4 anos, temia pelo fato de perceber que muitos deles eram psicopatas em potencial. Quando perguntamos por que essa percepção, ela afirma que durante aquela semana ela havia ouvido seus alunos de 4 anos combinando de “matar a professora porque ela era muito chata”. É sabido entretanto, que desde o início do

¹¹ As *gangs*, neologismo de origem americana, ocupam um lugar de destaque na representação negativa dos jovens. Entidade midiática, tanto no caso americano (Sanchez-Jankowski, 1991) quanto no brasileiro (DIÓGENES, 1998). Para o caso curitibano, cf. Sallas (1999), principalmente capítulo 3.1, “Grupos identitários e territoriais”. Segundo uma policial militar membro da *patrulha escolar*, sobre a qual falaremos mais à frente, “essa palavra [*gang*] veio..., as próprias professoras usam este termo, geralmente são grupos de alunos que estão dentro ou fora da escola, do estabelecimento, promovendo desordem. Aí eles dizem que tem *gang* promovendo desordem, só não dizem, não repassam isso pra nós, não informam que são alunos. E nós, quando chegamos no local, vemos que são alunos e que a situação deveria ser resolvida dentro da escola, no caso, o orientador, a psicóloga e outros funcionários que estariam envolvidos com essa situação, então eles que, no caso como já falamos, querem que a polícia resolva o problema deles” (apud SALLAS, 1999, p. 96).

século XX, por meio da Psicanálise, que crianças, muitas vezes, “matam” seus cuidadores na fantasia, assim como nós adultos temos muitas fantasias com “matar” alguém que nos aborrece . A diferença é que as crianças são menos “lapidadas” pelos processos sociais, ou seja, falam sem muita censura o que nós adultos apenas pensamos em função do verniz civilizador ao qual somos submetidos. Assim, tomar a fala dessas crianças de 4 anos como ameaçadora revela a incapacidade do mundo adulto, e mais assustador ainda, dos educadores que deveriam estar aptos a compreender os processos mentais e comportamentais de uma criança, em administrar situações tão corriqueiras no cotidiano das escolas.

A forma como comportamentos infantis e juvenis vem sendo cada vez mais criminalizados e/ou *patologizados* fica óbvia quando pensamos na repercussão que a idéia de *bullying*¹² vem tomando na atualidade. A categoria *bullying* tem sido utilizada para todos aqueles comportamentos típicos do ambiente escolar, como dar apelidos, xingar, discriminar, roubar lanche, etc. Embora a definição de *bullying* tenha certas características específicas como intencionalidade, repetição envolvendo as mesmas vítimas e configurado dentro de uma relação bem específica, na atualidade, o termo *bullying* tem sido usado ampla e indiscriminadamente para denominar quaisquer dos comportamentos citados acima e outros. É importante nos perguntarmos que criança não se envolve nesses atos? A educação não é justamente a “inculcação” de valores, padrões de comportamentos, aquisição de noções de culpa e vergonha? Não seria então esperado que as crianças e adolescentes de modo geral necessitem ser educados e ensinados? E mais, não seria importante nos questionarmos se existe alguma relação entre os comportamentos dos nossos jovens e o mundo adulto o qual tomam como exemplo? Temos algo a ver com isso ou preferimos pensar que nossos jovens são alienígenas e possuem alguma mutação genética que explique como “brotam” tais comportamentos?

A forma como temos *patologizado* ou criminalizado os comportamentos infantis e juvenis se evidencia nas monografias, dissertações, teses e livros sobre *bullying*. Tomemos o livro da psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva. O título do livro “*Bullying: mentes perigosas na escola*” faz menção a outro livro da mesma autora lançado anteriormente e que teve

¹² De origem inglesa, a palavra *bullying* corresponde a um conjunto de atitudes de violência física e/ou psicológica que ocorrem nas instituições de ensino. É um tipo de agressão intencional, que ridiculariza, humilha e intimida suas vítimas.

sucesso de vendas, trata-se de: “Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado” de 2008.¹³
Veamos um trecho da contracapa do livro:

“Normalmente a psicopatia é associada a pessoas violentas, com aparência de assassinas e que podem ser facilmente identificadas. Mas, diferentemente do que se costuma acreditar, psicopatas, em sua grande maioria, não são necessariamente assassinos. Em Mentes Perigosas, a médica psiquiatra Ana Beatriz B. Silva alerta para o fato de que os psicopatas podem permanecer por muito tempo ou até uma vida inteira sem serem descobertos. “Eles transitam tranqüilamente pelas ruas, cruzam nossos caminhos, freqüentam as mesmas festas, dividem o mesmo teto, dormem na mesma cama... “Apesar de mais de vinte anos de profissão, ainda fico muito surpresa e sensibilizada com a quantidade de pacientes que me procuram com suas vidas arruinadas, totalmente em frangalhos, alvejadas por esses seres”. (Silva, 2008)

A reflexão da autora, desenvolvida no livro todo, apresenta o mesmo tom enunciado na contracapa e é difícil não reconhecer certo “toque” sensacionalista e midiático. Com essa mesma linha de raciocínio, a médica se propõe a discursar sobre o *bullying* nas escolas. Nesse último livro, de 2010, a autora sugere que podemos identificar esses psicopatas desde cedo, em início de carreira. Eles já estão na escola apresentando os comportamentos perversos da psicopatia, quando humilham outros colegas, dão apelidos maldosos, roubam seus lanches e outras práticas “altamente perigosas”. A dedicatória da autora é para as pessoas de *bem*, que por infortúnio vieram a se deparar com tais seres. Não custa lembrar que tal livro figura entre os mais vendidos do gênero e que a dra. Ana Beatriz é chamada, de forma recorrente, a dar entrevistas e discursar sobre esses psicopatas adolescentes que freqüentam nossas escolas. No trágico episódio ocorrido em Realengo esse ano, no qual um ex-aluno volta a sua escola e faz uma chacina, a mídia rapidamente noticiou que tal aluno havia sofrido *bullying* na escola e hoje ele se tornara um homicida¹⁴. No mesmo dia, a Globo News promove um debate e, entre os participantes estava a dra. Ana Beatriz para

¹³ Nesse livro a autora afirma veemente, através de sua experiência clínica que o psicopata pode morar ao lado, que é mais comum do que imaginamos ter perto de nós pessoas frias, sem compaixão, sem culpa ou capacidade de sentir remorsos. Essas pessoas que, segundo a autora estão em todo lugar, podem devastar nossas vidas de forma arrasadora. O livro pretende ser um manual de como reconhecer um psicopata perto de você. Na capa do livro há a seguinte chamada: “como reconhecer e se proteger de pessoas frias e perversas, sem sentimento de culpa, que estão perto de nós”. Entretanto, uma questão importante deixa de ser levantada pela autora, havendo apenas 4% da população mundial com algum tipo de comportamento associado a uma psicopatia ou psicose, como é possível esperar que “muito provavelmente” um psicopata more ao seu lado como sugere a autora?

¹⁴ Claro que não podemos deixar de mencionar um outro perigo que ronda o imaginário social sobre a juventude. Os jovens são ameaças não apenas quando praticam *bullying* (esses são psicopatas), mas quando sofrem também, pois retornam às suas escolas cheios de ódio e em busca de vingança.

confirmar que nossas escolas andam realmente muito perigosas. No site do Globo, a matéria publicada reforça a idéia:

“Bullying motivou 87% de ataques em escolas, diz estudo dos EUA. O psiquiatra americano Timothy Brewerton, que tratou de alguns dos estudantes sobreviventes do massacre de Columbine, que deixou 13 mortos em 1999 nos Estados Unidos, apresentou nesta sexta-feira (15), no Rio, estudo realizado pelo serviço secreto do país cujo resultado apontou que, nos 66 ataques em escolas que ocorreram no mundo de 1966 a 2011, 87% dos atiradores sofriam bullying e foram movidos pelo desejo de vingança. Trata-se da mesma motivação alegada pelo atirador Wellington Menezes de Oliveira, autor do massacre na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo. “O bullying pode ser considerado a chave para entender o problema e um enorme fator de risco, mas outras características são importantes, como tendências suicidas, problemas mentais e acessos de ira.” (<http://g1.globo.com/> - acessado em 17.08.2011)

Bullying na atualidade já tem sido considerado um problema de saúde pública, uma epidemia. A quem recorreremos para salvar a escola desses perversos psicopatas? Alguém se habilita? A polícia militar, afinal são eles treinados para enfrentar bandidos perigosos. Até porque, sendo a maldade algo inato do indivíduo, como alegou a mesma Dra. Ana Beatriz numa entrevista para o programa da Marília Gabriela da GNT, o que poderiam fazer os profissionais da educação?

Já há alguns estados brasileiros que aprovaram projetos de lei no sentido de criminalizar o *bullying* condenando legalmente o agressor, os pais ou a escola. Algumas perguntas caberiam aqui: seria *bullying* um fenômeno novo, típico dessa juventude? Deveria ser este um caso de polícia?

A questão é que cada vez mais fenômenos associados à violência na escola tem se restringido ao *bullying*, outras violências têm sido ignoradas, por exemplo, todas aquelas relativas aos comportamentos dos adultos, dos educadores, as violências morais e simbólicas às quais os alunos são submetidos na vida escolar. Como exemplo destas práticas podemos relatar um acontecimento recente: este semestre estamos realizando alguns trabalhos de extensão em escolas públicas, tratam-se de atividades que estimulam a liderança e o protagonismo juvenil com os alunos. Numa das escolas, quando passamos nas salas para divulgar o projeto para os alunos e convidá-los a participar, diante da baixa adesão da turma, a professora que estava na sala dirige-se a turma com o seguinte discurso: “pessoal, essa é a chance de vocês de serem alguém na vida, vocês podem ser

peças de bem, não precisam ser igual aos seus familiares. Esse curso, se vocês fossem pagar, custaria mais de R\$ 2.000,00. Aproveitem!”.

A fala, que parece refletir uma grande aposta nesses alunos, baseia-se justamente no contrário, pressupõe que alunos e suas famílias não são “peças de bem” e que devem, portanto, se agarrar a oportunidade de ser “alguém na vida” já que não podem pagar. Traz ainda embutido um juízo de valor, que embora não esteja explicitado, está latente, caso não possam ou não queiram participar, tiveram a chance e a desperdiçaram, sendo, portanto, totalmente responsáveis por seu futuro fracasso. A violência simbólica a qual essas crianças são submetidas é cruel. Vale lembrar que os alunos dessa escola são, em sua maioria, provenientes de uma favela vizinha.

Mas ao localizar os problemas da escola no alunado, os educadores se eximem da co-responsabilidade pela escola em que atuam. Isto é acentuado quando esse alunado é pobre e de periferia, visto que aos olhos de uma boa parcela dos educadores a periculosidade dos mesmos é inconteste e faz parte das relações. No discurso dos mesmos, ronda a crença nas *classes perigosas*¹⁵. O *jovem perigoso*, uma parcela componente de tais classes, muitas vezes é visto como ameaçador e o medo que os educadores sentem destes “elementos” tem reflexo direto na forma como constroem as relações de autoridade. Como é possível a construção da autoridade necessária ao processo educativo quando os educadores afirmam ter medo de seus alunos, não conseguirem dar limites e sofrerem ameaças de retaliação? As implicações morais dessas crenças se refletem no comportamento desses jovens, que correspondendo às expectativas, percorrem uma carreira moral¹⁶ como perigosos, ameaçadores, criminosos, psicopatas, etc.

Assim vemos emergir cada vez mais políticas públicas associadas à repressão e policialização para a juventude. Durante todo o mês de agosto deste ano, a RPC, repetidora da Rede Globo no Paraná, veiculou uma campanha contra a violência denominada: “Paz sem voz é medo”. A mesma parece ter somente o efeito de dar mais do mesmo! Nela se propõe dar voz à população perguntando às pessoas se elas acham que sua cidade, bairro, escola, etc. são lugares violentos e se temem pela sua segurança. A resposta tem sido, de forma recorrente, positiva. Todos parecem sentir que o problema da falta de segurança é muito grande.

¹⁵ C.f Guimarães, 1981.

¹⁶ O conceito de *carreira moral* foi utilizado por Goffman (2008 e 2008) no livro “Manicômios, Prisões e Conventos” e no “Estigma” ao falar sobre o percurso social percorrido pelo doente mental e/ou pelo indivíduo portador de um estigma.

Na seqüência os indivíduos são questionados acerca do policiamento e se consideram que o aumento de seu efetivo teria efeitos benéficos. Novamente a resposta é afirmativa e acompanhada de pedidos de câmeras de vigilâncias, detectores de metais e outros aparatos. Tais resultados são, em geral, comentados pelas autoridades competentes. Chamados a dar entrevistas, as mesmas alegam que tais problemas já estão sendo sanados por medidas como aumento do contingente policial, treinamentos, aquisição de armamentos, entre outras coisas.

Ainda como parte desta mesma campanha, a emissora instalou nas escolas urnas eletrônicas perguntando quais eram os maiores problemas de violência na escola. Como se trata de uma votação por urna eletrônica, as perguntas são fechadas e todas são referentes à violência entre alunos. A resposta “briga entre alunos” tem estado em primeiro lugar. No jornal “Gazeta do Povo” do mesmo grupo da RPC, no dia 15.08.2011, saiu a seguinte matéria:

“Briga entre alunos é o “maior” problema em ambiente escolar. A campanha “Paz Sem Voz é Medo”, promovida pelo Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom), também está coletando dados sobre violência nas escolas. Na última segunda-feira, urnas itinerantes foram instaladas nos colégios estaduais de todos os municípios do Paraná onde a RPCTV tem uma unidade geradora. O levantamento vai até o fim da próxima semana. Até a última sexta-feira, 22,5 mil pessoas tinham respondido as seis perguntas da enquete que tratam de problemas escolares, vandalismo, relação com o professor e policiamento. Por enquanto, o resultado parcial indica que, para 35% dos entrevistados, o maior problema nas escolas são as brigas, superando o vandalismo (21%) e as drogas (15,9%). **Resultados:** Quando as brigas são entre os alunos, 62,1% dos entrevistados afirmam que elas ocorrem por causa de bullying. As causas seguintes seriam disputa feminina (14,4%) e disputa por poder (10,6%). [...] o bullying também predomina, liderando com 35,5%. Em seguida aparece a falta de respeito do aluno (30,2%). Sobre o policiamento, os entrevistados reclamam da falta de rondas em frente às escolas (46%), a falta de envolvimento da Patrulha Escolar no dia a dia (28,9%) e a demora no atendimento a ocorrências (12,2%). Além disso, 4,5% dos consultados acham que os policiais são truculentos. A campanha “Paz Sem Voz é Medo” tem o envolvimento de todos os veículos de comunicação do GRPCom – Gazeta do Povo, Jornal de Londrina, Gazeta Maringá, RPCTV, ÓTV, Rádios 98FM e Mundo Livre FM – e tem o objetivo de provocar nos paranaenses uma reflexão sobre todas as formas de violência. (Jornal Gazeta do Povo, 15.08.2011)

A pesquisa de opinião ainda aponta que 52% das pessoas não vêem a escola como um local seguro. Vejamos um trecho de uma outra matéria do mesmo jornal do dia 14.08.2011:

“52% não veem a escola como local seguro. Levantamento do Paraná Pesquisas revela que paranaenses defendem medidas drásticas. Educadores pedem mais envolvimento dos pais. A violência não se restringe a periferias de grandes centros urbanos, estádios de futebol ou zonas de conflito. A sala de aula, espaço reservado ao aprendizado e formação de crianças, jovens e adultos, não é considerada um ambiente seguro por 52% dos paranaenses. Os principais riscos, segundo os entrevistados pelo Paraná Pesquisas, são envolvimento com drogas, ataques, brigas e bullying. [...] A resposta para contornar o problema não é tão simples. Na opinião dos paranaenses ouvidos, a saída está na repressão: 80% dos entrevistados são a favor de uma medida extrema: a revista obrigatória na entrada das instituições de ensino.”

O que essa campanha tem revelado é nada mais que as representações que nossa sociedade tem sobre seus jovens. Os diretores das escolas têm demandado do Estado um incremento dos aparatos de vigilância. Várias escolas de Curitiba já têm câmeras e detectores de metais contando com intenso policiamento não somente em seus arredores mas dentro das mesmas.

Vale ressaltar que quando existe o policiamento nos arredores da escola, ele não é feito, necessariamente, no sentido de proteger os alunos, mas na maioria das vezes, tem como alvo a proteção da escola de seus próprios alunos. Ele é utilizado também para ou de evitar que brigas possam vir a ocorrer nos arredores, como disse uma diretora de uma das escolas pesquisadas por nós: “querem brigar, vão brigar bem longe da minha escola”.

Dessa forma vemos como a ação da polícia tem se tornado uma política bastante vigorosa para os jovens das classes populares. Ainda numa reportagem da Gazeta do Povo do dia 14.08.2011, podemos perceber que a propaganda da Patrulha Escolar como a grande salvadora das escolas não para de crescer:

“Presente em 90 cidades paranaenses, o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária foi criado com o objetivo de dar mais segurança aos estudantes. Nos últimos anos, conta o tenente-coronel Douglas Sabatini Dabul, comandante do batalhão, o trabalho de orientação e prevenção foi intensificado e o serviço se tornou referência em policiamento comunitário. Mesmo sem divulgar os números de ocorrências atendidas pela Polícia Militar, Dabul afirma que elas diminuíram significativamente, resultado do trabalho do batalhão. “Mudamos aquela figura de agente de repressão e, aos poucos, fomos inseridos dentro da comunidade”, diz. “A aproximação permitiu uma atuação e comunicação efetivas entre

os policiais, estudantes, pais e professores”, complementa. Segundo Dabul, o vandalismo e as brigas lideram o ranking de problemas. Para resolvê-los, explica, a polícia aplica a orientação e a mediação de conflito. “Incluimos a família na discussão, envolvemos a comunidade. Queremos orientar os jovens sobre questões de segurança, evitar a aproximação do aluno com drogas, brigas, vandalismo. Isso gera segurança não apenas no ambiente escolar, mas no entorno da escola”, afirma”.

O que o tenente-coronel deixa de mencionar é que a tal figura de agente de repressão em nada mudou, já que os policiais continuam fardados e armados, deixa de mencionar que a revista nos alunos é uma prática recorrente nas escolas públicas.

O que nesses anos todos da Patrulha Escolar não tivemos a oportunidade de presenciar em nenhuma escola pela qual passamos é a mediação de conflitos.

O que precisamos urgentemente nos questionar é quem deveria fazer o papel de orientar os jovens e mediar seus conflitos na escola? Há evidentemente uma inversão de papéis. Diante das críticas que a Patrulha Escolar tem recebido de alguns setores como ONGs e universidades, o batalhão alega ter investido muito em palestras para os professores sobre como exercer sua autoridade como educador e como devem lidar com a indisciplina. Cabe perguntar: é da polícia agora o papel de ensinar professor a ser educador?

Considerações finais

A criação da Patrulha Escolar veio atender a uma demanda crescente da sociedade e *comunidade escolar* por medidas que pelos menos, segundo o repertório de seus formuladores, aumentassem a segurança no interior da escola e seu entorno. Na prática o que de fato observamos foram medidas repressivas que aumentaram em muito o número de *ocorrências* policiais. A criação da Patrulha Escolar também foi efetivamente uma resposta do Estado à crença de que a Escola é um lugar perigoso tanto para professores como para os jovens, ainda que estes últimos sejam sempre identificados como responsáveis pela deflagração do suposto ato violento. Ou seja, na prática o que se tem visto são cada vez mais ações que reiteravam a idéia de que o jovem é potencialmente perigoso e por isso precisa de polícia para controlar seu comportamento. Certamente não se está falando de qualquer jovem e/ou criança, mas sim aqueles que são pobres, freqüentemente oriundos das periferias, os alunos das escolas públicas.

Embora a patrulha possa atender toda e qualquer escola, mesmo as privadas, atuam, de fato, nas escolas públicas, pois as privadas entendem e resolvem seus problemas educacionais de outra forma, com pedagogos, psicólogos e outros profissionais relacionados à área da educação. A crença de que a juventude pobre é perigosa tem justificado uma série de atitudes inadequadas, preconceituosas e, por vezes, ilegais, com comportamentos que são absolutamente esperados no ambiente escolar. Indisciplina, desobediência, rebeldia, fazem parte da vida de muitas crianças e jovens, não só de escola pública, já que as mesmas estão ainda aprendendo e internalizando as regras sociais num processo de desenvolvimento de sua autonomia moral. Todos esses comportamentos acima listados vêm sendo tratados pelas escolas como casos de polícia. Os efeitos disso têm ligação direta com a estigmatização e a criminalização da juventude pobre, na medida em que, a trata como criminosa e não como jovens em formação, cujo caráter depende dos modelos morais com que eles convivem.

Ao recorrer à polícia para lidar com situações típicas da escola, os professores abrem mão de sua autoridade e dever de educar e justificam tal ato alegando que:” a escola só ensina, educar é com a família” . Famílias estas que, no caso desses jovens, são rotuladas como sendo “desestruturadas”. A *família desestruturada* aparece como uma categoria nativa do ambiente escolar e engloba toda e qualquer organização que se distinga da família tradicional heterossexual, branca, monogâmica, cristã, de classe média e com filhos consangüíneos. A pobreza comum a boa parte dos alunos da escola pública, é muitas vezes associada com alcoolismo, prostituição e violência no discurso docente. Com isso, muitos professores têm medo dos alunos por estes constituírem quase um “tipo ideal” de criminoso no imaginário social: jovem, pobre, de periferia.

Tais alunos são constantemente relacionados ao tráfico de drogas e atos de vandalismo no relato dos professores, fato que não é comprovado nas pesquisas realizadas em escolas públicas de Curitiba. Dessa forma, é fácil compreender porque esses alunos passam a ser alvo de políticas públicas que intensificam cada vez mais a repressão e punição. Nesse processo social de criminalização da juventude pobre, observa-se a construção de uma base legítima para o aumento da violência com esses jovens. Na tentativa de legitimar sua existência e necessidade, a Patrulha Escolar tem contribuído intensamente para aprofundar esse processo na medida em que responde com cumplicidade à crescente demanda da escola, através de revistas nos alunos, intimidação e abuso de poder. Como não poderia deixar de ser, o que tem ocorrido é a policialização de

mais um espaço social freqüentado pelos jovens pobres. Compreender como tem se dado esse processo é essencial para avaliar de que forma os problemas sociais relacionados à juventude tem, como vários outros, tornado-se problema de polícia.

Referências Bibliográficas

- ANGELUCCI, C.B. et AL.** (2004) . *O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório*. In Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 51-72, jan./abr. 2004.
- ARIÈS, P.** (1981) *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- BARRÈRE, A e SEMBEL, N.** (2006) *Sociologia da Escola*. São Paulo: Ed. Loyola.
- BOURDIEU, P.** (1983). “A “juventude” é apenas uma palavra”, in **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero.
- BOURDIEU, P e PASSERON, J.C.** (2009). *A Reprodução*. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves.
- DIÓGENES, G.** (1998). *Cartografias da cultura e da violência – gangues, galeras e movimento hiphop*. São Paulo: AnnaBlume.
- FOUCAULT, M.** (2001). *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FRANÇA, H.H.** (1987). *A Síndrome de Burnout*. In Revista Brasileira de Medicina, v. 44, nº.8.
- GOFFMAN, E.** (2008). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Ed. LTC.
- GOFFMAN, E.** (2008). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- GONÇALVES,** (2008)
- GUIMARÃES, A. P.** (1981). *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal.
- JORNAL GAZETA DO POVO.** Dias 14.08.2011 e 15.08.2011.
- LEVI, G. & SCHMITT, J. C.** (1996). *A história dos jovens – da antiguidade à era moderna (vol. 1)*. Cia das Letras: São Paulo.
- MORAES, P. R. B.** (2005). *Juventude, medo e violência. Curitiba: Digit. Ciclo de Palestras Direito e Psicanálise*.

MORAES, P.R.B. e PESCAROLO, J.K. (2008). *Quem tem medo dos jovens?* In Revista Igualdade do Ministério Público do Paraná. Vol I, Livro 42 Igualdade - Ano XIV - nº XLII - edição especial. Curitiba-PR.

SALLAS, A. L. F. (coord.) (1999). *Os jovens de Curitiba: desencantos e esperanças – juventude, violência e cidadania*. Brasília: Unesco.

SANCHEZ-Jankowski, M. (1991). *Island in the street: gangs and American urban society*. California/USA: Berkeley University.

SANTOS, M.F.S. e OLIVEIRA, L. (2005). *A Família Ideal só em Fotografia? Representações Sociais de Família e Violência*. Artigo apresentado ao Simpósio Nacional de Psicologia Social e do Desenvolvimento. UFES.

SENNETT, R. (2001). *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, A.B.B. (2008). *Mentes Perigosas, o psicopata mora ao lado*. Ed. Fontanar. São Paulo.

_____. (2010). *Bullying, mentes perigosas na escola*. Ed. Fontanar. São Paulo.

SITE DO JORNAL GLOBO. www.g1.globo.com (acessado em 17.08.2011)

WEBER, M. ([1922] 1978). *Economia e Sociedade I e II*. Brasília. Ed. UNB.

